

Assunto: Homenagem ao presidente do TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção/Repórter: JC Negócios/Fernando Castilho
Página: 2	Data: 22/02/2015

jornal do  commercio

Festa de 50 anos do Gere

Os 50 anos do Gere serão comemorados nesta quinta-feira no Boi Brasa, com homenagem ao presidente do TJPE, Frederico Ricardo Neves. Às 13h.

Assunto: Menção ao Poder Judiciário estadual	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: JC nas Ruas/Felipe Vieira
Página: 2	Data: 22/02/2015

jornal do  commercio

O pacto dentro do Pacto

Aqui, neste espaço, já se tratou do papel da liderança na gestão do Pacto pela Vida (PPV). Sobre como o ex-governador Eduardo Campos conduziu draconianamente o programa, e sobre como o atual mandatário, Paulo Câmara, tem que recuperar o protagonismo deixado pelo antecessor. Mas a instituição de uma liderança é apenas o primeiro passo no sentido de recolocar o PPV nos trilhos. Dela vem a pactuação entre os diversos atores que o operacionalizam.

À provocação, feita pela coluna há duas semanas, de que o Judiciário e o Ministério Público não estariam “chegando junto”, as duas instituições responderam, de pronto, que mantêm integrantes nas reuniões do Pacto e que colaboram dentro de suas respectivas áreas. Não há a menor dúvida que isso aconteça, muito menos se questionou a eficiência de ambos no que se propõem a fazer. Coloque-se no balaio, também, a Assembleia Legislativa e as organizações da sociedade. A questão, no entanto, é mais ampla, conceitual até. Deve existir um clima de pactuação entre todas as entidades que sentam à mesa, acompanhada de uma mobilização da sociedade. Como frisa o sociólogo José Luiz Ratton, em entrevista ao repórter Jorge Cavalcanti, havia, nos primeiros anos do PPV, um clima de envolvimento de todas as instituições e da sociedade, o que possibilitou a redução gradual nos índices de homicídios (33% nos oito anos da gestão Eduardo Campos/João Lyra Neto).

Simplificando: não se trata só de colocar as polícias para moer nas ruas. Cada instituição tem que se sentir parte integrante – e importante – do sistema. E todos sob a supervisão da liderança política, no caso, o governador. Sem esse envolvimento institucional de todos, a tendência é o Pacto pela Vida continuar no marasmo.

Assunto: Menção a 1ª Vara do Júri da Capital	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 21/02/2015



> ASSASSINATO

Mulher pode ter sido condenada injustamente

Peu Ricardo/Arquivo Folha

Condenada a 12 anos de prisão por participar do assassinato do aposentado Alcides Francisco de Lima, em abril de 1991, Sandra Mendes da Silva, de 47 anos, pode ter sido condenada injustamente. A mulher e a mãe de criação, Sônia Maria da Silva Santos, hoje com 68 anos, foram presas ontem em cumprimento a mandados de prisão expedidos contra elas. De acordo com a titular da Delegacia de Capturas, Beatriz Gibson, a idosa, que antes dizia que a filha participou do crime, voltou a atrás ao prestar novo depoimento e alegou que a mulher é inocente.

Antes da condenação, Sandra chegou a ser presa



DELEGADA disse que Sônia inocentou filha ao depor de novo

em 2010 por quatro meses. Em virtude de um mandado de prisão condenatório, ela foi encaminhada para a Penitenciária Feminina de Paratibe. A mãe, presa por conta de um mandado de

prisão preventivo, está na Colônia Penal Feminina. De acordo com a juíza Fernanda Moura, da 1ª Vara do Júri da Capital, Sandra Mendes da Silva deve pedir a revisão do processo.

Assunto: Homenagem ao Presidente do TJPE e a Futuro Desembargador	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção/Repórter: Persona/Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 21/02/2015



TOGADOS

O presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Neves, e o atual juiz e futuro desembargador, que será eleito sexta, Humberto Vasconcelos, serão homenageados no almoço de quarta-feira do Gere, no Boi e Brasa. O mundo jurídico comparece em peso.

Assunto: Eleição de Novos Desembargadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção/Repórter: Persona/Roberta Jungmann
Página: 3	Data: 22 /02/2015



NOVOS NA CORTE

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frederico Neves, comanda sexta, às 9h30, sessão de escolha dos novos desembargadores por antiguidade e merecimento e também encaminha a lista tríplice do Ministério Público para o Campo das Princesas, quando Paulo Câmara nomeará o seu primeiro desembargador.

Assunto: Tribunais divulgam balanço pós-carnaval	
Veículo: CNJ	Data: 23/02/2015
Editoria:	Seção:



Tribunais divulgam balanço pós-carnaval

Divulgação/CNJ



Mais de mil atendimentos foram prestados nos Tribunais de Justiça das cidades que mais recebem turistas no Carnaval – Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ). Trabalhando em regime de plantão, o Judiciário nacional funcionou para atender pedidos de caráter de urgência, como habeas corpus, prisão preventiva, busca e apreensão, entre outros. O plantão judiciário dos tribunais está previsto na Resolução 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Somente no Rio de Janeiro, o plantão do Tribunal de Justiça do Estado (TJRJ) recebeu 154 comunicações de prisões em flagrante durante o período de recesso entre 13 e 18 de fevereiro. A área criminal totalizou 457 atendimentos, incluindo prisões, pedidos de habeas corpus e mandados de segurança, entre outros, sendo que 239 casos foram encaminhados para os Juizados Especiais Criminais.

Também deram entrada no Plantão Judiciário do Rio medidas urgentes referentes à área cível, auditoria militar, juizado especial cível, fazenda pública, família, infância e juventude e registro civil de pessoas naturais.

Em Salvador, o plantão do 1º grau baiano registrou 334 procedimentos, a maior parte deles relacionados a medidas de proteção à mulher, além de pedidos de habeas corpus, expedição de liminares e mandados de segurança e delitos mais comuns como porte de substâncias psicoativas proibidas, furtos e roubos.

Nos sete dias de carnaval, 28 magistrados revezaram-se em três turnos. O expediente de urgência no 2º grau, no plantão de óbitos e nos plantões das varas da infância e da juventude terão seus números posteriormente divulgados pela assessoria do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA).

Em Pernambuco, o Juizado do Folião, criado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJPE) para funcionar no dia do desfile do Galo da Madrugada, julgou 18 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs), resultando em 14 transações penais. Oito delas foram transformadas em prestação pecuniária e seis em prestação de serviço à comunidade.

A unidade judiciária atuou pela oitava vez consecutiva no Carnaval do Recife, atendendo foliões em casos de delitos de menor potencial ofensivo que não ultrapassam a pena de dois anos de prisão, como agressões, atos obscenos, brigas, danos ao patrimônio público e provocação de tumulto.

Os tipos penais recebidos no juizado este ano foram desacato, resistência, posse de drogas, lesão corporal e injúria. Os demais processos seguirão nos juizados criminais, após a devida distribuição.

Medidas Protetivas – No Espírito Santo, capital com maior índice de violência contra a mulher, segundo dados do Mapa da Violência, as medidas protetivas ficaram em primeiro lugar no ranking de demandas encaminhadas no período de Carnaval, totalizando 46 ocorrências, seguidas de demandas relativas à Lei Maria da Penha, que somaram 21 casos. Ao todo, houve 179 demandas relativas a processos criminais e 19 referentes à área cível.

Na área criminal, o plantão atendeu demandas relacionadas a tráfico (19), armamento (14), trânsito (8), furto (15), crime de danos (2), venda de produtos nocivos à saúde (1), roubo (14), injúria (2), homicídio (1), peculato (1), receptação (1), pedido de custódia (1), pedido de liberdade provisória (1) e apreensão de adolescente (14), além de 18 cumprimentos de mandado.

Já na área cível, foram atendidas ocorrências referentes a liberação de corpo para sepultamento (4), pedido de transferência de hospital (1), vaga em hospital (3), pensão alimentícia (1), pedido de alvará para hospedagem de menor (1), tratamento médico (3), pedido de internação em UTI (4) e pedido de encaminhamento de preso ao departamento médico (1). Quanto ao plantão de 2º grau de jurisdição, foram atendidas apenas sete demandas, a maioria referente a pedido de habeas corpus.

Regina Bandeira (com informações das assessorias de comunicação dos TJBA; TJPE; TJES e TJRJ)

Agência CNJ de Notícias

Assunto: Juizado do Torcedor de Pernambuco criou cultura de paz nos estádios	
Veículo: CNJ	Data: 23/02/2015
Editoria:	Seção:



Juizado do Torcedor de Pernambuco criou cultura de paz nos estádios



> mais notícias

Assunto: Juizado do Torcedor de Pernambuco criou cultura de paz nos estádios	
Veículo: CNJ	Data: 23/02/2015
Editoria:	Seção:



Juizado do Torcedor de Pernambuco criou cultura de paz nos estádios



Muito antes de o Brasil sediar a Copa de 2014, nascia em Pernambuco um projeto pioneiro no tratamento de pequenas infrações em eventos esportivos. Com a instalação do Juizado Cível e Criminal do Torcedor de Recife, em 2006, surgiu também o programa Futebol Cidadão, que já atendeu mais de 2 mil torcedores em conflito com a lei.

Idealizador do projeto, o juiz Aílton Alfredo de Souza percebeu que a melhor forma de combater a violência em estádios é por meio de consenso e de adequação de penas – um dos principais pilares do sistema de juizados criado há quase 20 anos (Lei n. 9.099/1995). “Na época, houve uma onda de violência entre torcedores em Recife, com muita gente detida. Pensamos em uma solução que não gerasse impunidade e que ao mesmo tempo tivesse efeitos positivos na vida do infrator”, lembra o magistrado.

Nos dias de jogo, o Juizado do Torcedor atua em regime de plantão nos estádios, com a presença de juiz, promotor, defensor, conciliador e servidores – já foram contabilizadas 776 ações desde 2006. Para lá são encaminhados os casos de menor potencial ofensivo,

como tumulto, prática ou incitação de violência, ação de cambistas e posse de drogas.

Quando há acordo com os envolvidos, os conflitos são resolvidos no próprio estádio em cerca de meia hora. Além de aplicação de multa, a principal medida adotada pelo juizado é o afastamento dos infratores dos estádios nos dias de jogo. Para garantir que a punição está sendo cumprida, os autores são obrigados a comparecer na sede do juizado, onde participam das atividades do programa Futebol Cidadão enquanto as partidas estão em andamento.

A possibilidade de não ser condenado em ação penal levou Airton de Carvalho, 21 anos de idade, a aceitar o acordo proposto pelo juizado, mas ele admite que a experiência superou suas expectativas. Torcedor fanático do Santa Cruz, ele foi detido no ano passado por iniciar tumulto a caminho de um jogo no estádio do adversário. “Quando me pegaram, nunca esperei parar em um lugar assim. As pessoas te entendem, são comunicativas, orientam em tudo, não só sobre futebol. Eles dão uma lição de moral para a pessoa se orientar e saber o que aconteceu”, conta.

Cultura de paz – Sob a coordenação de uma assistente social, o Futebol Cidadão oferece palestras, atividades culturais e até cursos profissionalizantes durante o tempo de afastamento dos estádios, que dura, em média, de três a seis meses. “Trabalhamos questões tão diversas como respeito às diferenças, relações de gênero e até como se comportar em uma entrevista de emprego”, conta a assistente social Deolinda Brandão, que atua no Juizado do Torcedor desde 2009.

Em geral, os participantes têm de 18 a 23 anos de idade, não concluíram o ensino médio e ganham até dois salários mínimos. A taxa de evasão do programa é baixa, em torno de 3,5%, assim como a reincidência, que não passa de 2% – geralmente relativa a cambistas e não àqueles que praticam violência. Segundo Deolinda, os participantes se tornam multiplicadores de uma cultura de paz. “Já teve caso de um rapaz que disse que estava pronto para bater na mulher, e então lembrou da palestra que fizemos sobre violência doméstica e graças a isso não cometeu o crime”, conta.

O esforço do grupo tem dado resultados também nos estádios, com redução de infrações em mais de 80%. “A primeira turma chegou com 80 pessoas, agora são entre 10 a 15 pessoas. Eles saem daqui como amigos e eu pergunto porque não pode ser assim sempre, porque eles acham que pessoas que nem conhecem devem ser inimigos”, avalia Deolinda.

A experiência no Futebol Cidadão foi tão marcante para Melquisedec Cavalcante que o jovem de 19 anos decidiu deixar a torcida organizada do Sport. “Percebi que esse não é o caminho, o programa me fez ver que a violência não leva a lugar algum”, conta. Ele diz que, antes, sempre participava dos tumultos, até o dia em que acabou detido porque um colega de torcida quebrou o teto de um ônibus. Agora, diz que prefere assistir aos jogos com tranquilidade.

O projeto Futebol Cidadão concorreu ao Prêmio Inovare em 2008, na categoria juiz individual. Anos mais tarde, a experiência em Recife foi aproveitada pelo Conselho Nacional de Justiça no contexto das atividades do Fórum Nacional de Coordenação das Ações do Poder Judiciário da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa Mundo Fifa 2014.

Coordenador do Fórum da Copa do CNJ, o conselheiro Paulo Teixeira credita a boa atuação dos juizados durante o evento ao fato de já existirem experiências pioneiras como a de Pernambuco. “Não partimos do ponto zero. Alguns estados já tinham estrutura montada para atender à demanda e ajudaram a levar para outras capitais. Com essa linha de ação, pudemos fazer com que juizado especial mostrasse à população seu real sentido, facilitando os processos e a conciliação”, analisa.

Assunto: Doméstica e filha presas por assassinar idoso	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 23/02/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Doméstica e filha presas por assassinar idoso

Foi apresentada na manhã de hoje a prisão da empregada doméstica de que Sônia Maria da Silva dos Santos, de 68 anos, suspeita de matar o patrão Alcides Lima, de 72 anos, a pauladas. O crime, que aconteceu há 23 anos no Barro, zona Oeste do Recife, ainda não foi completamente esclarecido.

A filha adotiva da suspeita, Sandra Mendes da Silva, julgada e condenada por envolvimento no mesmo crime, está presa há cerca de um mês na Penitenciária de Paratibe. Apesar do assassinato ter acontecido em 1991, apenas em 1997 as duas mulheres tiveram as prisões preventivas decretadas. No entanto, apenas um dos mandados chegou à Delegacia de Capturas, segundo a delegada titular, Beatriz Gibson. "A demora diz respeito ao fato de que a vítima não tinha nenhum familiar ou amigo. A quantidade de processos é enorme e por isso, já demora normalmente. Imagine em uma situação como essa", afirmou.

Com o envio de apenas um dos mandados - o da filha, Sandra -, o nome de Sônia não constava em nenhum sistema da Polícia Civil. Dessa forma, a ex-empregada doméstica foi até a delegacia de Boa Viagem em 2010 para denunciar o paradeiro da filha, que acabou detida. Sandra passou quatro meses na Colônia Penal Feminina do Recife e respondeu ao processo em liberdade até janeiro deste ano, quando foi julgada, condenada a 12 anos de reclusão e transferida para a Penitenciária de Paratibe.

O mandado de prisão preventiva da mãe só foi descoberto quando a delegada Beatriz Gibson pediu uma pesquisa ao Tribunal de Justiça (TJPE). "A filha, Sandra, me falou que a mãe dela era quem tinha matado o Sr. Alcides. Assim, liguei para a Vara competente e eles encontraram o mandado de prisão de 1997 que nunca tinha sido enviado e ele ainda estava válido. Encontramos a mãe de Sandra e ela está no antigo Bom Pastor desde sexta-feira", explicou a delegada.

Assunto: Vara Criminal em Belo Jardim – Título de Cidadão Belo-Jardinense	
Veículo: folhape	Data: 23/02/2015
Editoria:	Seção:



É cidadão

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frederico Neves, ao instalar mais uma vara criminal em Belo Jardim e inaugurar a reforma do fórum, foi agraciado com o título de Cidadão Belo-Jardinense.